

**THE END:
A CENSURA DE ESTADO E A TRAJETÓRIA DOS DOIS
ÚLTIMOS CHEFES DA CENSURA BRASILEIRA**

*Beatriz Kushnir**

Resumo

Este *paper*, produto da minha tese de doutoramento em História pela Unicamp (defendida em 2001 e publicada pela *Boitempo* em 2004), analisa o processo final do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e a atividade de seus dois últimos diretores-gerais: Solange Hernandez e Coriolano de Loyola Cabral Fagundes. O intuito é redesenhar o quadro que finaliza a Censura Federal a partir da atuação destes dois técnicos e seus laços político-administrativos.

Palavras-chave

Censura; censores; abertura política.

Abstract

This paper, derived from my doctoral thesis in History at Unicamp, 2001, published by Boitempo in 2004, analyzes the final process of the Department of Censorship of Public Entertainment (DCDP) and the activity of its two last general directors, Solange Hernandez and Coriolano de Loyola Cabral Fagundes. I intend to redefine the scenario of the end of the Federal Censorship Board based on the performance of these two technical staff members and their political and administrative ties.

Key-words

censorship; censor; political opening.

(...) Apenas ficar chorando, resmungando
Até quando, não, não, não

E como já dizia Jorge Maravilha
Prenhe de razão
Mais vale uma filha na mão
Do que dois pais voando

Você não gosta de mim
Mas sua filha gosta

(*Jorge Maravilha*, de Julinho da
Adelaide, 1974)

Por definição, o censor é o que pratica o ato censório, o crítico, o julgador, o funcionário público encarregado da revisão e dos cortes de obras literárias e artísticas ou do exame dos meios de comunicação de massa (jornais, rádio, TV e outros). O seu papel também é apreendido como o de defensor, guardião, vigilante e zelador. No Brasil de fins da década de 1980, percebeu-se como é difícil para alguns setores – tanto da sociedade civil como do aparelho de Estado – abrir mão desse “sindicato” da moral e dos bons costumes.

Censurar e permitir tornaram-se ações duais na sociedade brasileira. As manifestações de parcelas organizadas de cidadãos que clamavam por mais controle demonstram que, durante o tempo em que estiveram em vigor (no período pós-1964), a tesoura e os cortes respondiam aos anseios de parte dos brasileiros. Para muitos, o censor tem de ser personificado pelo Estado ou não terá serventia e eficácia; esses *muitos* que desejavam a continuidade da censura estavam dentro e fora do aparelho de governo.

Foi a partir do pacto entre esses dois pólos – governo e sociedade – que a necessidade e materialidade desse “defensor” se concretizaram antes do arbítrio e se mantiveram por tanto tempo. Persistia, ainda, uma parcela de habitantes ansiosos por tutela, como também um controle interventor na seara pública e privada. Uma fatia mais conservadora solicitava do Estado, além disso, indicação sobre o que ver, “proteção” e retirada de seu mundo de algo que lhe ficou como pornografia.

Exemplos destas ações – que o ministro Armando Falcão nomeou como “todo mundo deve ser poupado da tentação de ver”¹ – percorreram a carreira do chefe da Censura Federal do governo Sarney (1985-91), o penúltimo técnico de censura e o último devida-

mente nomeado para o cargo. Coriolano Loyola Cabral Fagundes recebia dezenas de cartas e mensagens de diferentes estados, nas quais se solicitava que a veiculação de cenas “ousadas” fosse proibida. As “senhoras de Santana”, em São Paulo, por exemplo, quando julgavam um programa pouco sério ou com excesso de palavrões, enviavam abaixo-assinados com centenas de nomes para a censura, em que exigiam mais rigor.

Neste sentido, é oportuno perceber como essa estrutura burocrática alcançou tais contornos, principalmente a partir da transferência da capital do Rio para Brasília. E a trajetória de Coriolano Fagundes – no cargo desde 1961 – é exemplar a este respeito. Seu ingresso na censura, como o de muitos outros, deu-se por indicação. Ao chegar a Brasília, seu pai, juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), indicou-o ao juiz de Menores, Dr. Geraldo Irineu Onofre. Quando este Juizado viu-se envolvido na concepção de um Serviço de Censura, vinculado ao Departamento Federal de Segurança Pública (antecessor do Departamento de Polícia Federal – DPF), Coriolano Fagundes foi indicado como representante do Juizado de Menores e, posteriormente, nomeado censor.

Uma semana depois de mim veio mais um, o José Vieira Madeira, jornalista carioca. O interessante é o seguinte: a imprensa fala muito em censura e pelo menos os dez primeiros censores eram jornalistas; a única exceção, o único que não era jornalista era eu. Os outros censores eram os jornalistas credenciados no gabinete do Diretor-Geral da Polícia Federal.²

Cercado de jornalistas credenciados, Coriolano Fagundes ponderou que, no início, inclusive,

(...) muita gente batia o martelo, lá na máquina de censura, [implicando] com esse emprego que os censores [os jornalistas] deles tinham arranjado. Teve gente que perdeu o emprego em jornal, teve que mudar de jornal e tal. Mas, de qualquer maneira, a grande maioria ali [na censura] era jornalista. (...) Era um contingente de homens e nós começamos a [trabalhar] sem literatura, sem experiência. [O corpo técnico] da Guanabara quis continuar no Rio, então tivemos que implantar uma censura aqui, arregimentando [o pessoal] no próprio local. Ficávamos em uma sala grande, com uma secretária e um executivo de fiscalização. Depois a Polícia Federal foi nos instruindo com circulares para as nossas ações sincronizadas, foram orientando os produtores para mandar os filmes para cá, peças teatrais e tal. [O intuito] era centralizar o trabalho em Brasília, e levaram um tempo e muita briga para que se conseguisse isto. É, eu estive lá desde o primeiro dia da censura até o último.

Existiram cerca de 300 censores em todo o país, cujo perfil pode ser erroneamente percebido como apenas masculino. Todos se tornaram funcionários públicos, alguns após concursos. Alocados no DPF, eram policiais federais de carreira e subordinados ao Ministério da Justiça. Para ser censor, dever-se-ia ser brasileiro; ter 18 anos completos; estar

quite com as obrigações militares; estar no gozo dos direitos políticos; ter procedimento irrepreensível; apresentar diploma de conclusão de curso superior (ciências sociais, direito, filosofia, jornalismo, pedagogia ou psicologia); passar no concurso; e ser aprovado no teste psicotécnico e no exame médico.

Considerada uma tarefa do DPF, a censura foi realizada por pessoas que receberam formação policial em cursos ministrados na Academia de Polícia Federal (ANP). O general Bretas Cupertino – diretor-geral do DPF no governo Costa e Silva –, entretanto, lembrava que a “prática censória é idêntica a uma perícia, requer do indivíduo vasto conhecimento do assunto, excelente nível intelectual”. Mais uma vez, o general evidenciava a mescla de policiais e “intelectuais” no Serviço de Censura, cujo panorama de intercâmbios compõe o serviço em toda a sua trajetória, tanto no período colonial como no Império e na República.

O binômio intelectual/policial acompanhou a trajetória dos censores. Exercida por intelectuais no Império,³ a atividade recebeu funcionários da Polícia Especial de Getúlio Vargas. A confluência destes dois universos justifica a identidade bipolar constituída: a de “intelectuais a serviço do Estado” – *Earthly authority* ou *intelectocratas*⁴ – e seus *itinerários políticos*.⁵ É claro que suas funções não os faziam formuladores de políticas públicas, mas sua capacidade era direcionada para auxiliar uma estratégia de governo.

Nesse sentido, os termos *intelectocratas* e *intelligenti*⁶ são apreendidos sob o prisma de que intelectuais revolucionários, intelectuais ideólogos, críticos radicais – *intelligenti* – são regidos pela *ética da convicção*, enquanto intelectuais de Estado ou estatistas, *experts* – *intelectocratas* – permanecem sob o signo da responsabilidade, da execução de uma tarefa.

Nessa separação, construiu-se a noção de *sociedades ocidentais* e *orientais*⁷ na qual *intelligentsia* vincula-se a um pensamento crítico, enquanto *intelectocracia* expressa uma tradição de valores conservadores de sociedades autoritárias e repressoras, ancoradas também no poder do veto censório como forma de exprimir e demarcar a sua força. Tendo como foco esses grupos de “intelectuais de Estado” e refletindo com base em uma percepção da pluralidade e da diversidade de *trajetórias* e *itinerários políticos*, Jean-François Sirinelli salienta que a observação e o cotejo dessas experiências permitem “desenhar mapas mais precisos dos grandes eixos do engajamento dos intelectuais”.⁸

Ampliando esse leque de possibilidades e desprendendo-se de um caráter biográfico ou circunscrito aos “grandes intelectuais”, Sirinelli nos convida a pensar a biografia destes, tendo como foco os estratos intermediários, trazendo à tona esses desconhecidos e sua influência no seu tempo vivido e nos instantes posteriores. As redes de convivência e os códigos de sociabilidade no interior desses grupos de censores, jornalistas e poli-

ciais representam, desse modo, uma chave para compreender os valores e as propostas constituídas nessas comunidades e sua sintonia com o panorama político. Mas o que, certamente, também está na intenção da análise é a noção de *responsabilidade* desses atores sociais diante das demandas da sua época. Difícil não desejar julgar atitudes que se consideram “menos nobres”, e esses embates estão no centro das reflexões metodológicas sobre uma história dos intelectuais.

Dito isto, e retornando às preocupações com o bom desempenho dos censores, o general Cupertino enfatizava que todos eram reciclados periodicamente em cursos de aperfeiçoamento e especialização na ANP. Esta prática – instaurada pelo então chefe do DCDP, Antônio Romero Lago, segundo as normas das portarias 123, de 10/10/1966, e 134, de 24/11/1966 – existiu por quase 20 anos, sendo executada, também, pelos últimos técnicos de censura, concursados já na Nova República.

Quanto à estrutura acadêmica instalada nesses cursos de formação e atualização de censores, o primeiro, de 1966, foi composto pelos seguintes professores: o coronel Oswaldo Ferraro de Carvalho ministrou técnica de censura; o censor Coriolano Fagundes, direito aplicado; e a atriz Sylvia Orthof, teatro. Em 1976, a professora de técnica e censura de teatro foi Maria Clara Machado e, no ano seguinte, professores da Universidade de Brasília ministraram também disciplinas para os censores. O exercício de ter docentes vindos de órgãos de Inteligência do Exército, representantes da censura e membros das universidades e do campo das artes foi uma prática constante. Para se prepararem melhor, como “mestres do ato censório”, os censores Coriolano Fagundes e José Vieira Madeira, também jornalista, cursaram, em 1967, a cadeira de censura cinematográfica com o professor Eidemar Massoti, na Universidade Católica de Minas Gerais.

De acordo com as ponderações de Coriolano Fagundes, estes professores não atuavam ali por convivência com a censura. Vinham

(...) com a esperança de uma censura mais arejada, mais bem-preparada, mais conhecedora do teatro. Vinham com o intuito de obter censores mais preparados para o exercício. A censura se consolidou como um órgão que zelava pelo bem-estar do menor, pela moral política e intelectual. Seu início tem esse objetivo. A situação nova se constituiu no governo pós-1964, quando determinaram que ela voltasse para as características exercidas durante o governo de Vargas, no Estado Novo. A censura funcionou até o advento da Nova República, quando os civis recuperaram o poder. Neste momento se extingue a censura à imprensa e o ministro veio com a idéia de extinguir a censura. E, finalmente, decretou-se uma lei que extingue o cargo de censor federal.

As demandas de legislação, fundamentais para o embasamento dos pareceres censórios, receberam sempre especial atenção no curso na ANP. Em 1971, o censor Rogério Nunes proferiu este curso, antes oferecido tanto por Coriolano Fagundes como pelo chefe do Sigab (órgão responsável pela censura à imprensa), Hélio R. Damaso Segundo.

Se, por um lado, nota-se essa preocupação formadora do censor como um técnico, por outro, a capa de defensora da moralidade e dos bons costumes de que a censura se investia teve um grande baque no início de 1967. O processo, que se alastrou por todo o ano seguinte, envolvia o então chefe do Serviço de Censura, Antônio Romero Lago. Numa demonstração do descompasso entre os servidores e os cidadãos, Lago foi acusado de usar nome falso e de assassinato.

Figuras edificadas como chistosas, sublinhando uma falta de preparo cultural para o cargo, os censores, durante o processo de abertura política, perceberam a marca da *pecha* que adquiriram. Assim, quando, em fevereiro de 1989, estabeleceu-se a extinção do cargo de censor, cerca de 220 técnicos de censura ainda estavam na ativa, espalhados por todos os cantos do país. Do dia para a noite, não tinham mais função nem espaço físico nos prédios do DPF. “Sentamos nos corredores”, lembra-se *Carolina*⁹ – censora carioca desde 1972, aposentada em 1995. Onde realocar esses funcionários federais era uma demanda a ser respondida.

A censora *Carolina*, que atuou no Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP) do Rio de Janeiro, tem certeza de que os versos “você não gosta de mim / mas sua filha gosta” na letra de *Jorge Maravilha* são uma mensagem aos censores. Já a censora *Margarida* rememorou que, ao receberem as letras das músicas, ela e seus colegas de ofício cantavam alto uns para os outros, tentando adivinhar qualquer segunda intenção. Meio improvisada e com pouca estrutura, a prática na censura era a seguinte: ao chegar uma letra de autoria de Chico Buarque, por exemplo, os censores eram taxativos: carimbavam como interditada.

Para driblar esse esquema, iniciado a partir da gravação de *Apesar de você* (interpretada pelas autoridades como uma ofensa ao presidente Médici), e depois de se ver cerceado pelas proibições a *Calabar*, o compositor cunhou um heterônimo batizado de *Julinho da Adelaide*, filho da favelada Adelaide de Oliveira. A estratégia deu resultado e músicas como *Acorda amor*, *Jorge Maravilha* e *Milagre brasileiro* passaram sem grandes problemas pelo “pente-fino”, como também o livro *Fazenda-modelo*, recebido com reservas por parte da crítica. A ousadia continuou e *Julinho da Adelaide* concedeu, em setembro de 1974, uma entrevista ao jornalista Mário Prata, publicada no *Última Hora*.

De forma oficial, foi só em 1/4/1975 que o chefe do Serviço de Censura na Guanabara, Wilson Queiroz Garcia, um ex-jornalista, notificou internamente que Chico Buarque de

Hollanda estava sob censura. Cinco anos depois, no início de janeiro de 1980, o recém-instalado e de pouca duração Conselho Superior de Censura (CSC) findava uma proibição de quase uma década: os maiores de 14 anos já poderiam assistir, sem cortes, ao musical *Calabar*, cinco vezes proibido pelo general Antônio Bandeira, diretor-geral do DPF nos anos 1970.

O medo de que Brasília – personificada na figura de Bandeira – não gostasse de qualquer liberação aterrorizou os censores. O jornalista Raimundo Pereira, à época no *Opinião*, lembrou que

(...) um funcionário da censura do Rio [ameaçou] impedir a saída de uma edição do [jornal] porque nós havíamos acrescentado o nome do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, a [um] trecho de uma matéria já censurada em Brasília. A justificativa do censor foi a de que a censura ao jornal havia sido deslocada para a agência de Brasília porque os superiores não gostavam do modo como esta era realizada no Rio, tida como muito flexível. De forma cabal, o censor inquiriu: “vocês não vivem reclamando que eles cortam o nome do Chico Buarque da autoria de uma música? Como vou lá saber se os homens lá em cima não têm implicância com esse tal de Kurt Waldheim?”

Destaquemos, agora, figuras emblemáticas desse processo, com o intuito de nomear e conhecer os “personagens da censura”. O coronel Moacyr Coelho, diretor-geral do DPF por longos 11 anos, assumiu no governo Geisel (1974-9) e lá permaneceu até o fim da gestão Figueiredo (1979-85). Designou primeiramente para diretor do DCDP Rogério Nunes e, depois, José Vieira Madeira, ambos jornalistas e censores de carreira. Cada um permaneceu no cargo durante um mandato de presidente da República.

O censor e jornalista José Vieira Madeira havia dirigido a censura em São Paulo e foi substituído pela mais famosa censora, Solange Hernandez, a Solange *Tesourinha*. Nos tempos da Nova República, foi Coriolano de Loyola Cabral Fagundes que substituiu *Tesourinha* e tornou-se o penúltimo diretor do DCDP. O que sempre chamou a atenção no labor censório, contudo, foi o pequeno número de censores para o volume monstruoso de tarefas. No interior destas preocupações, em maio de 1970, o *Jornal do Brasil* noticiava que,

(...) para atender às suas atuais preocupações com a moral pública, o Serviço de Censura Federal precisa de 120 censores com nível universitário e 400 fiscais. Mas só tem 17, sendo quatro emprestados pelo Estado da Guanabara. Em Brasília, centro das decisões, só havia quatro funcionários durante a semana passada. (...) o presidente Médici autorizará a contratação, por sete meses, de 30 censores e 100 fiscais.

Após quatro anos da instauração da censura prévia, em 1970, é que se realizou o primeiro concurso para técnico de censura – e justamente no governo Geisel, que pregava o fim desta e a abertura política.

O expediente da autocensura – temática das mais espinhosas, verdadeiro tabu para a maioria dos jornalistas – nas redações e demais meios de comunicação auxilia na compreensão do por que do número reduzido de censores. Mais no reino da ilusão do que propriamente na narrativa dos fatos, o antigo secretário de redação do *JB*, Martins Alonso, declarou romanticamente que o fantasma da autocensura, que rondava as redações durante as crises políticas, era exorcizado sempre com repugnância. A autocensura era repelida como um insulto pela própria direção dos jornais, bem como uma ofensa ao espírito.

Como contraponto a esta sentença de Alonso, valem as ponderações de Cláudio Abramo. Compreender as regras vigentes no interior das redações da grande imprensa permite melhor pontuar o território. Na percepção lúcida e ferina de Abramo, nas redações não há lugar para lideranças; os donos dos jornais não sabem lidar com jornalistas influentes, que, muitas vezes, chocam-se com as diretrizes do comando: o jornalista tem ali uma função, mas “ficou forte, eles eliminam”.¹⁰ Assim, quase todas as grandes redações foram reformuladas durante o governo Geisel, cujo ministro da Justiça, Armando Falcão, propagou o fim da censura. Entre os expurgos: Mino Carta deixou a *Veja* em 1976, Cláudio Abramo foi retirado da *Folha de S. Paulo* em setembro de 1977. Um pouco antes, em 1973, ainda no fim do governo Médici, transformações se deram no *JB*: Alberto Dines, depois de 12 anos na casa, foi sumariamente afastado, três anos depois do estabelecimento do “controle de qualidade” no jornal.

Além de seu caráter espúrio, o exercício censório deixava marcas que só apareciam com o tempo: empobrecia intelectualmente os repórteres e estrangulava a criatividade nas redações. Acerca destas “dificuldades” – autocensura e pequeno número de censores –, a reflexão se centra a seguir. A necessidade de descrever e instruir sobre como censurar, arrolando as “normas de agir”, induziu outros três censores a compor e publicar trabalhos tentando decifrar os meandros da Censura.¹¹

Em livro de pouca relevância, Selma Chaves expressa os vínculos construídos durante sua carreira. Censora da geração do início dos anos 1960, dirigiu o Serviço de Censura, no Rio, quando Solange Hernandez era a diretora do DCDP. Paralelamente a estas demandas, mas em um momento de abertura, em São Paulo houve um grande debate. Veio a público durante um simpósio sobre censura, dentro das discussões pós-anistia, a tese de doutoramento em Sociologia de uma censora na ativa, tendo como temática o seu ofício. Já a avaliação de Coriolano de Loyola Cabral Fagundes é uma análise ampliada, no tempo e no espaço, da temática da Censura.¹²

Comentando a trajetória de Queiroz Garcia, é forçoso perceber que este censor-jornalista assumiu um papel de destaque na burocracia censória. Dirigiu o Serviço de Censura no Rio de Janeiro de 1974 a 1977, como também, no âmbito estadual, o órgão que realizou a censura à imprensa. O Sigab era vinculado diretamente ao gabinete do ministro da Justiça e possuía agências em todos os estados da federação. Mais que isso, na multiplicidade de suas atividades, Queiroz Garcia compunha uma engrenagem que explica por que a censura podia contar com um número reduzido de censores. De forma semelhante às diretrizes da autocensura que a grande imprensa instituiu para si, algumas empresas de comunicação foram além e montaram um aparato paralelo que lhes garantisse não ter problemas com o governo nessa seara. Para tal, por exemplo, Queiroz Garcia expõe o que ocorreu na Rede Globo, substituindo um colega, censor aposentado.¹³

Na sintonia desta diretriz, tem-se o exemplo de Solange Hernandez. Percebe-se a figura marcadamente centralizadora enquanto atuou na direção central do Departamento de Censura, mesmo no que parecia ser o “apagar das luzes do serviço”. É deste período a instituição do Conselho Superior de Censura – órgão entre o DPF e o ministério da Justiça – para rever as decisões do DCDP. A admissão desta instituição de recurso, indicada em lei desde 1968, vislumbrava um diálogo entre Estado e sociedade. Por outro lado, neste mesmo momento, os relatórios mensais de atividades dos censores, exigidos por *Tesourinha*, eram extremamente rigorosos, direcionando para uma atividade censória ativa e afluindo qualquer conversa possível.

Exemplificando essa esquizofrenia, um dos grandes embates deste período, contudo, foi o que se deu ante a proibição ou não do filme *Pra frente, Brasil*, de Roberto Farias. A narrativa visitaria, pela primeira vez, os duros momentos de luta armada no Brasil do início da década de 1970, com direito, também, a cenas de tortura explícita. Analisado por três censores, como de praxe (sendo um deles Coriolano Fagundes), foi liberado, mas pareceres sumiram do processo, censores foram punidos por suas atitudes e a película só foi autorizada a estar nas salas de cinema brasileiras após a Copa do Mundo de Futebol de 1982.

A disputa ali abarcou duas alas de censores: os mais liberais, ligados a Coriolano Fagundes; e os mais radicais, ligados à diretora da censura. Em agosto de 1982, Solange Hernandez declarou à imprensa que havia retirado os pareceres de dentro do processo e justificou sua atitude afirmando preocupar-se com a saúde mental da população. Sintonizada aos temores do ex-ministro Falcão, também ela se sentia no dever de poupar o outro da “tentação de ver”. Nas ponderações posteriores de Coriolano Fagundes,

(...) muitos desses filmes chegavam com advertências da Comunidade de Informações insinuando que deviam ser proibidos. Quem era ligado a este setor, como a censura, se sujeitava. Era como uma hierarquia superior, tipo uma Gestapo, que falava, e a outra estremecia até as bases.

Pra Frente, Brasil foi um desses filmes que vieram com a carta marcada para morrer. Aí eu fui ver o processo – Roberto Farias era meu amigo, meu conhecido, falou comigo do filme, e eu fui examinar. (...) Notei que faltava um parecer. O filme estava liberado por uma maioria, [não podia ser] interditado.

A minha função era examinar o conteúdo moral e político das criações das produções. Eu tenho que censurar, eventualmente até condenar a criação intelectual, mas eu não tenho que julgar o homem. As suas tendências políticas e sexuais, isso não é problema meu, é do autor.

Seis anos após este fato, o fim da censura foi decretado pela Constituição de 1988, ato jurídico que não refletiu necessariamente o término desta prática, já que o acordo, *camaleonicamente*, adaptou-se, e o ato censório se enquadrou. Havia sido sempre um serviço que demonstrou sua precariedade burocrática, pelo pouco número de censores ante o volume de trabalho: os temores dos anos 1970, de provocar a ira do general Bandeira, por exemplo, estavam bem distantes do sentimento de *persona non grata* que os censores foram adquirindo no final da década de 1980.

O conceito de um *camaleão* que se adapta às circunstâncias é muito pertinente para este e, também, para outros momentos da história do Brasil. Nas reflexões de Bernardo Kucinski sobre esse instante – que se completam com as de Elio Gaspari, que cunhou e conceitualizou o termo¹⁴ –, as elites brasileiras souberam se moldar e se adaptar ao processo de abertura para continuar no poder. Assim, o autor entrelaça o processo de distensão às pressões por um desenvolvimento econômico que necessitava de liberdade política.

Os censores, entretanto, não esperaram que alguém definisse o término de suas atividades: antes que o “enfim, acabou” fosse decretado e que, como uma corporação, perdessem alguma vantagem funcional, resolveram agir. O objetivo desse grupo era manter o DCDP subordinado ao DPF, contra a vontade do penúltimo chefe da censura e censor de carreira, Coriolano Fagundes, ou, caso o órgão controlador da censura deixasse de existir, que eles permanecessem funcionários do DPF.

O receio era que perdessem as vantagens financeiras que a função lhes garantia, já que o censor federal não era apenas funcionário público: como policial federal, tinha um *status* comparável ao dos funcionários da Receita Federal e do Corpo Diplomático, e a perda de gratificações pela função policial poderia reduzir à metade seus salários: Cz\$ 18 mil, em média, podendo chegar até Cz\$ 40 mil.¹⁵

Para permanecer nesse lugar, em 17/9/1986, fundaram a Associação Nacional dos Censores Federais (Anacen), à qual competia “representar seus associados, em juízo ou

fora dele, para a defesa dos direitos e interesses gerais da classe, quer sejam eles coletivos ou individuais”. Era uma resposta às novas diretrizes e pessoas que comandavam o Serviço de Censura a partir da Nova República.

Pouco tempo depois, em janeiro de 1987, deu-se a primeira vitória da “linha-dura” da censura (Coriolano Fagundes foi exonerado) que, assim, recebia o apoio do diretor-geral da PF, Romeu Tuma, e do ministro da Justiça, Paulo Brossard. Buscando garantir, pela lei e pelo *lobby* político, sua manutenção dentro do *máscara negra*, o prédio sede do DPF, o último diretor do DCDP, o censor de carreira Eustáquio Mesquita, declarava que “ser censor nos realiza”.

O primeiro presidente da Anacen, o censor Arésio Teixeira, era vinculado à “dona da tesoura” do Serviço de Censura em São Paulo quando Armando Falcão foi ministro da Justiça do governo Geisel; *Tesourinha* foi também diretora de Censura de 1981 a 1985, na gestão do ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, no governo do general João Figueiredo.

Solange Hernandez, historiadora diplomada pela USP, era a legítima representante da “linha-dura”; à frente do DCDP, desaprovou 2.517 letras de música, 173 filmes inteiros, 42 peças de teatro e 87 capítulos de novelas. Imaginada de maneira jocosa pelo músico Leo Jaime, a censora tornou-se símbolo de uma interdição estatal conservadora, arcaica e, principalmente, violenta.

Tesourinha e seu grupo demonstraram sua força, influência e poder, além de uma cultura política intervencionista e autoritária, interiorizada na mentalidade de uma boa parte da população que dizia “não” aos que queriam suprimir o “não”. Como um grito para romper as camadas de tantas negativas, Leo Jaime “homenageou” Solange esbravejando:

Eu tinha tanto pra te dizer
Metade eu tive que esquecer
E, quando eu tento escrever,
Sua imagem vem me interromper (...)
Eu penso que vai tudo bem
E você vem me reprovar (...)
Seu nome está em cada lugar (...)
Você é bem capaz de achar
Que o que eu mais gosto de fazer
Talvez só dê pra liberar
Com cortes pra depois do altar.
É claro que a música foi censurada.

Almejando alterar este panorama, o deputado federal Fernando Lyra (na condição de ministro da Justiça convidado por Tancredo Neves e que permaneceu no governo Sarney por menos de um ano – de março de 1985 a fevereiro de 1986) teatralizou o fim da censura

em um decreto de cima para baixo. Mas muitos, ao que parece, ainda precisavam dela: em 1986, as 40 mil assinaturas que, na cidade de Fortaleza, engajaram-se nessa *luta* convocavam “uma Nova República liberal, não libertina”. Havia, portanto, um descompasso entre discurso e prática, como demonstrou este abaixo-assinado da “Campanha nacional contra o erotismo e a pornografia instalada nos comerciais e novelas exibidos na TV”.

Imbuído do espírito de transformação, o ministro Lyra procurou dismantlar a máquina censória, ao nomear para o DCDP um censor de primeira hora, que substituiria a irascível Solange Hernandez. Ao nomear Coriolano Fagundes, o intuito de Lyra era extinguir a divisão. Fagundes recordou que Lyra o chamou porque procurava, segundo ele, “um censor liberal, um censor que não tivesse muito comprometimento com a administração ligada ao governo militar”. Teriam sido os próprios veículos de comunicação que o indicaram. Segundo o censor, sua posição era muito cômoda, já que a administração lhe havia aplicado punições brandas, quando concedeu entrevistas durante o período militar. Ao *Jornal do Brasil* declarou ser contra a censura à imprensa e, como punição, foi transferido para a Academia de Polícia, onde não tinha nada que fazer.

Mesmo se opondo à intervenção censória em jornais e revistas, Coriolano Fagundes atuou nesta área em 1973. Novamente, foram as relações pessoais que o levaram a esta ação: teria sido indicado pelo coronel Antonio Lepiane – superintendente do DPF em São Paulo e, anteriormente, comandante do Quartel de Quitaúna, onde Carlos Lamarca serviu e de onde retirou armamentos.

Transferido de Brasília para São Paulo – por vontade própria, segundo relatou –, atuou no jornal *O Estado de S. Paulo*. A ação censória esteve no *Estadão* por mais de seis anos e, no discurso dos donos do jornal, a estratégia de preencher o espaço reprovado não com outras matérias, mas com poemas e receitas, era uma tentativa de denunciar ao público leitor que o periódico estava sob censura prévia. Delimitando o alcance desta estratégia, Oliveiros S. Ferreira lembrou que eram freqüentes as ligações dos leitores para o jornal queixando-se de que as receitas culinárias (publicadas, muitas vezes, na primeira página) não davam certo. Para Coriolano Fagundes, a tática de utilizar as receitas e os poemas era, na visão da censura, uma permissão ao jornal.

No próprio jornal, o censor dizia o que podia sair ou não. E tinha que relatar para o Sigab as proibições. O Sigab recebia da Comunidade de Informações avisos sobre as matérias jornalísticas que cada jornal iria noticiar. Porque, no meio jornalístico, existia muito deduzido. Muito informante, de dentro do jornal, ligava para o Sigab, para contar.

Coriolano Fagundes, entretanto, fez questão de pontuar que, diferentemente de Solange Hernandez, não pertenceu ao seletor grupo que compôs o Sigab.

Não fui para fazer Sigab. Quando eu estive no Sigab, o coronel Lepiane foi uma prova de fogo para mim. Saiu um censor que precisava de férias e ele me chamou e disse: “Coriolano, eu quero que você assuma o lugar desse censor”.

Eu já estava meio escaldado e disse ao coronel que havia declarado ser contra a censura à imprensa. “Mas estou em um órgão e existe hierarquia e disciplina. Se o senhor me obrigar a fazer a censura, eu vou ter que fazer.” O próprio coronel Lepiane declarou-se aliviado, pois, “se você se negasse eu ia puni-lo”. Era para ficar por uma semana e permaneci três meses.

Este fato ocorreu em 1973; 13 anos depois, quando o ministro Lyra o convidou para assumir, em um momento em que o governo queria acabar com a censura, a

(...) minha posição, a minha oportunidade era muito boa, muito fácil. Porque naquela época eu acreditava que a extinção da censura era dar um passo à frente para a democracia. Então, fui fazer algo em que acreditava. Tinha esperança na extinção da censura, na modernização política do país.

Nos 13 anos que separam essas duas situações, Solange Hernandez assumiu o controle da censura, em uma situação completamente diferente, durante o governo Geisel. Ela tinha que apresentar serviços em termos de um rigor censório e repressão na produção cultural. O meu momento foi muito melhor, mais simpático.

Ao ser nomeado por Fernando Lyra, para

(...) preparar o caminho, interna e externamente, para a extinção da censura. Fui autorizado a falar com a imprensa, o que os diretores da censura anteriores eram proibidos. Além disso, me deu um gabinete no Ministério da Justiça e longe do DPF.

O edifício do DPF, construído na gestão do ministro da Justiça Armando Falcão, no governo Geisel, tem uma arquitetura que lembra muito a figura dos *meganhas* – policiais de óculos *ray-ban*, tipos truculentos e cruéis que andavam em furgões C-14 ou nas populares Veraneios, automóveis típicos dos anos 1970, em vidro fumê preto – não se sabe o que acontecia lá dentro, enquanto *elas*, de lá, viam tudo o que se passava aqui fora, protegidos na escuridão. Estar fora do “máscara negra” significava que Coriolano Fagundes foi o diretor de censura escolhido pelo ministro à revelia da administração da Polícia Federal: “Acho que o ministro, antevendo as dificuldades internas que criou para mim, me deu um gabinete próximo ao dele, no Ministério da Justiça”.

Implementando as propostas de Lyra, desarticulou o órgão revisor censório, o Conselho Superior de Censura,

Que, por vezes, queria ser mais rigoroso que a censura. Trabalhava sintonizado com a Solange, por exemplo. Então, eu passei a resolver tudo em primeira instância, no meu nível, e com isso o Conselho foi totalmente esvaziado.

Os processos eram liberados por mim e depois passavam pelo ministro. O que alguns censores queriam interditar, eu colocava em revisão e acabávamos aprovando.

Então, eu fiquei entre dois fogos: o da administração do DPF, que não gostava de mim, porque eu era liberal, ia contra as convicções da maioria e fui nomeado à sua revelia; e, do outro lado, o Conselho Superior de Censura pressionando, que se sentia esvaziado.

Tais trincheiras deporiam o diretor da censura, como também o ministro da Justiça. Nesta perspectiva, e reforçando uma idéia de expurgar antigas chancelas, alterava-se uma tradição de generais e coronéis no comando do DPF. Assim, foi o presidente José Sarney, e não o ministro Lyra, que nomeou, em janeiro de 1986, o delegado federal Romeu Tuma para o cargo. Mesmo sendo um civil no posto, a vinculação de Tuma com a repressão era conhecida. No primeiro grupo de ministros selecionados por Tancredo Neves, o designado para o DPF havia sido o coronel, já então na reserva, Luís Alencar Araripe. Ligado à Comunidade de Informações, não assinalava nenhuma mudança na esfera do DPF. Já a substituição por Tuma era uma *troca sem mudança*, mesmo tipo de alteração de forma e não de conteúdo que marcou o governo Sarney. Assim, se Lyra declarou o fim da censura, o presidente assegurou a proibição de *Je vous salue, Marie*.

Escritas no *calor da hora*, as reflexões de Annie Goldmann mostram a percepção de que o “perfume de escândalo” que centrou o lançamento do filme de Godard “escureceu seu verdadeiro significado”. No entender da autora, o grande *élan* da película é trazer para o contemporâneo o mistério da natividade de Jesus, respeitando a modernidade do tempo vivido no presente.

De todo esse panorama, um dado é claro: desde a posse de Sarney, em março de 1985, até o início de 1987, a Nova República continuou utilizando o expediente dos atos censórios. Conforme os dados do DCDP, foram 25 letras de música cortadas e terminantemente vetadas. Novelas e textos teatrais também tiveram cenas suprimidas, e o conjunto de censores, que era de 150 técnicos, aumentou para 220, já que houve um concurso de admissão em 1986.

Sempre apartando diversão e bons costumes das questões políticas, o diretor do DCDP, Coriolano Fagundes, ao justificar a permanência de “pequenas censuras”, sublinhou que estas não eram ligadas ao segundo ponto. O importante a concluir, entretanto, é que essa manutenção do ato censório demonstrava o peso de uma tradição, de uma burocracia e, principalmente, de vozes conservadoras que o mapeamento desse quadro expõe.

No descompasso entre muitos anseios e aspirações e as ações, a Nova República despontava com reformas, a mais importante delas realizada por uma Assembléia Nacional Constituinte. No embate entre reformular o legislativo e retirar os rastros do “entulho autoritário”, a nova Carta, marcada pelo título de *Constituição cidadã*, definiu, na área dos direitos individuais, atribuir ao Serviço de Censura um caráter classificatório e indicativo.

Semente plantada pelo ministro Lyra no período em que esteve à frente da pasta da Justiça e auxiliado pelo chefe da censura de então, Coriolano Fagundes, o projeto de lei que transformava o Serviço de Censura em Serviço de Classificação de Espetáculos, subordinado diretamente ao gabinete do ministro, foi engavetado por seu sucessor, Paulo Brossard. Sintonizada com uma legislação extremamente avançada, a proposta de Lyra e Fagundes deixaria a cargo do Estado apontar o melhor horário e a faixa etária mais conveniente para a exibição dos programas. Muitos achavam que essa idéia, incorporada às diretrizes da Constituinte, não vingaria. Mas, em 5/10/1988, a Carta revelava que:

Art. 220: A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social (...).

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente. (...)

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

Radicalmente diferente do homem que se definiu como um “democrata liberal, civil e civilista”, e longe da “tesoura da censura” desde 1988, Coriolano Fagundes acompanhou a distância os últimos suspiros do órgão estatal. Contemporâneo do fim dos procedimentos regulados do acesso à informação financiados pelo Estado, sua visão de mundo estaria em descompasso com a atuação que teve à frente do DCDP.

Suas declarações, em meados da década de 1990, apontavam para radicalizações. “Tenho uma nova ordem de valores”, relatava Fagundes, que se tornou pastor da igreja

Assembléia de Deus. Não assiste à televisão, que considera “obra do maligno”, e deixou de frequentar cinemas. Não vê nem mesmo os telejornais: “As cenas picantes nos intervalos deterioraram a programação”, critica.

O ex-censor e atual pastor Fagundes assinou o último ato de censura no país: a proibição do filme *Je vous salue, Marie*, em 1986. “Na época, assinei o ato interdatório contra a minha vontade. Hoje o faria com a maior tranquilidade”, diz o ex-censor, que anda de Bíblia na mão. Na sua opinião, nem um departamento de censura nem a Justiça podem dar jeito na bagunça. “Não bastam soluções humanas, que são todas paliativas”, discursa o pastor. “Para barrar a caminhada pervertida da humanidade, só resta Jesus Cristo”.

Nas reflexões de Fagundes,

(...) censurado é um termo mais abrangente do que ser proibido. Por exemplo, você tem uma cena, que você manda excluir: este filme está censurado, embora ele seja liberado. Não vai ver esse filme de versão integral no país. Então, o último proibido integralmente, eu acredito que foi o Je vous salue, Marie.

(...) O presidente começou a pressionar. Inclusive eu dei para a imprensa que foi com tristeza, sob pressão foi vetado, o próprio ministro Fernando Lyra não queria, tanto que ele renunciou, entre outros motivos, este também. (...) O ato proibitório foi meu, mas o autor intelectual foi o presidente Sarney.

[Mas] hoje [eu sou] censor de novo (...) e muito mais rigoroso que eu fui. (...) Eu [não concordo apenas] com a censura à imprensa escrita, pois [esta] tem o direito de publicar tudo que quiser. [Até porque] no nosso país deve ter 50% de analfabetos, então esse grande contingente da nossa população já está privado de ler.

Assincrônico no depoimento de 1996 em relação ao ato de sua gestão que findou a censura, Coriolano Fagundes é lembrado por seus companheiros como o que participou do fim do cargo de censor pela Constituição de 1988. Durante sua existência, os três maiores grupos de censores estavam no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília. Na pluralidade de perfis, colhi depoimentos em que ex-censores redesenham, no contemporâneo, suas memórias. Assim, “depois de ficar um ano *pirada* por trabalhar na censura, resolvi que poderia ajudar estando do lado de cá e evitando absurdos e cortes”. Já que os censores eram um gueto dentro da PF, policiais que queriam ser intelectuais, a Constituição de 1988 os cobriu de *pechas*.

Com o término da censura subvencionada pelo Estado, os censores foram deslocados para outras áreas da PF: Polícia Marítima, Segurança Bancária, Departamento Pessoal, Administrativo, Comunicação Social, etc. *Margarida* foi trabalhar na Corregedoria de Polícia e muitos dos censores/jornalistas foram transferidos para a Assessoria de Impren-

sa. Em fins da década de 1990, dos 220 censores que existiram, 116 estavam na ativa e foram elevados à categoria de delegado. Dos 104 aposentados, 36 eram advogados e 71 não tinham nenhuma formação jurídica.

Não objetivando abandonar a proteção e as benesses de ser um funcionário dos quadros da DPF, atingiram o cargo máximo na hierarquia, em 1998, dez anos depois que a Constituição brasileira revogou a censura, quando um projeto de lei foi aprovado na Câmara. Desde a redemocratização do Brasil, eles não exercem mais suas funções de vetar matérias jornalísticas, proibir livros, determinar quais músicas podem ser ouvidas ou que filmes poderiam ou não ser assistidos. Passaram a ocupar cargos burocráticos em assessoria de imprensa ou em delegacias da Polícia Federal, recebendo salários de R\$ 3,3 mil a R\$ 4,6 mil.

De tal modo, mais uma vez, vencia a “linha-dura” representada por Solange Hernandez e os afiliados à Anacen. A entidade deveria lutar por manter os censores dentro do *máscara negra*. E, mesmo com os novos ares do país, esses técnicos/policiais/intelectuais lá ficaram: eram os “restos” de uma velha ordem, moldados *camaleonicamente* para perder anéis – mas não dedos.

Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004

Notas

* Bolsista recém-doutor, pelo CNPq, junto ao Cemi/Unicamp. Autora de *Cães de guarda: jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, 2004.

¹ A censura de Sarney. *Veja*, pp. 60-62, 12 fev. 1986.

² Entrevista concedida à autora, em Brasília, 17 ago. 1998.

³ Acerca da questão censória no século XIX, especificamente as atividades do Conservatório Dramático Brasileiro no período de 1830-60, ver: KHÉDE, Sônia Salomão. *Censores de pincenê e gravata: dois momentos da censura teatral no Brasil*. Rio de Janeiro, Codecri, 1981, ensaio que se constitui de duas partes: “a primeira, que é o eixo central, estuda a censura teatral no século XIX (...); a segunda baseia-se em depoimentos prestados por dramaturgos, escritores, críticos e pessoas ligadas à censura nos últimos 17 anos” (p. 15).

⁴ Sobre as diferenças, relações e cumplicidades entre intelectuais revolucionários e os *de Estado*, ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. “Intelectuais e política nas fronteiras entre reforma e revolução”. In: REIS FILHO, Daniel A. (org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX, XX*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 2000.

⁵ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

⁶ REIS FILHO, *op. cit.*; BOBBIO, Norberto. *Intelectuais e poder*. São Paulo, Editora da Unesp, 1997.

⁷ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

⁸ SIRINELLI, *op. cit.*, p. 245.

⁹ Dos 11 censores entrevistados, apenas dois autorizaram a divulgação de seus nomes. Os demais são identificados por pseudônimos.

¹⁰ ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

¹¹ RODRIGUES, Carlos; MONTEIRO, Vicente Alencar e QUEIROZ GARCIA, Wilson. *Censura federal: leis, decretos-lei, decretos e regulamentos*. Brasília, C.R. Editora, 1971. Tido como a “bíblia” dos censores, foi-me presenteado pela censora paulista *Margarida* (apelido atribuído a pedido). Esta compilação de legislação, realizada para ordenar um serviço, embasava os pareceres. Os três autores eram censores e jornalistas, dos quais entrevistei o único vivo, Queiroz Garcia.

¹² Vale destacar que tanto Coriolano Fagundes, em Brasília, como Selma Chaves, no Rio, e Sheila Feres, no interior do estado de São Paulo, receberam-me e concederam-me depoimentos. As duas censoras, entretanto, solicitaram-me o uso de pseudônimos, prática também demandada por Wilson de Queiroz Garcia – o único dos três autores da “bíblia” ainda vivo por ocasião da elaboração desta pesquisa. Para respeitar tal pedido, estabeleci a seguinte estratégia: quando utilizo seus depoimentos orais, cito seus “codinomes”; quando me refiro às suas produções, como agora, eles são nomeados.

¹³ Localizei essa estrutura em duas organizações: na Rede Globo e na Editora Abril. Coriolano Fagundes (que, além de censor, também era professor de reciclagem e especialização dos censores na ANP) lembrou que “o professor”, título de Waldemar de Souza – funcionário da Editora Abril e que ministrou curso aos censores – fazia uma linha-dura radical de combate às idéias comunistas, sendo, por vezes, mais rígido que os próprios censores.

¹⁴ GASPARI, Elio; VENTURA, Zuenir e HOLLANDA, Heloisa B. de. *70/80 cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, 2000.

¹⁵ Em janeiro de 1987, o salário mínimo valia Cz\$ 964,80 (novecentos e sessenta e quatro cruzados e oitenta centavos). Os censores, portanto, recebiam de 18,65 a 41,45 salários mínimos. Atualmente, ninguém pode ganhar mais que o presidente da República, que recebe um pouco mais R\$ 12 mil. Alguns censores que entrevistei esbravejaram, já que poderiam ter salários (na ativa ou aposentados) de até R\$ 20 mil, cerca de 111 vezes o salário mínimo (que, em outubro de 2001, era de R\$ 180,00), mas têm de se contentar com o teto máximo permitido.